

II. Deliberações

Câmara

- 1. Aprovação das atas n.º 32/2023 e 33/2023.**

XIII MANDATO

ATA N.º 32/2023

Reunião ordinária pública de 20 de fevereiro de 2023

Ao vigésimo dia do mês de fevereiro de dois mil e vinte e três, pelas nove horas e trinta minutos, no edifício GNRation, sito na Praça Conde Agrolongo, Braga, realizou-se a reunião ordinária pública do Executivo Municipal, na qual compareceram os Excelentíssimos Senhores: **Presidente da Câmara – Ricardo Bruno Antunes Machado Rio** (Coligação Juntos por Braga) e os **Vereadores, Maria do Sameiro Macedo Araújo** (Coligação Juntos por Braga), **Altino Bernardo Lemos Bessa** (Coligação Juntos por Braga), **Olga Maria Esteves Araújo Pereira** (Coligação Juntos por Braga), **João Vasconcelos Barros Rodrigues** (Coligação Juntos por Braga), **Carla Maria Ferreira Sepúlveda** (Coligação Juntos por Braga), **Maria Helena Fernandes Teixeira** (PS), **Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais Macedo** (PS), **Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa** (PS), **Sílvia Cristina Conduto de Sousa** (PS) e **Bárbara Seco de Barros** (CDU). -----

Secretariou: Cidália Alice Lopes Rodrigues, Chefe de Unidade Administrativa e de Apoio aos Órgãos Autárquicos, em substituição de Liliana Cristina Silva Veiga, Diretora de Departamento de Apoio ao Cidadão e Órgãos Autárquicos. Pelas nove horas e trinta minutos, verificada a presença de todos os Vereadores, foi declarada aberta a reunião. -----

-----ORDEM DO DIA-----

Para **conhecimento e informação** foi presente o **resumo da tesouraria** referente ao dia 14 de fevereiro de 2023, que aqui se dá por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. ----

-----DELIBERAÇÕES-----

- 1. APROVAÇÃO DAS ATAS N.º 30/2022 E N.º 31/2022, NOS TERMOS DO ARTIGO 57.º DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO:** Foi dispensada a leitura das atas, conforme deliberação tomada em reunião de 18 de outubro de 2021. **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

2. CONCURSO PÚBLICO N.º CPI/02/2023 QUE VISA O ALUGUER DE EQUIPAMENTOS PARA DIVERSOS EVENTOS DO MUNICÍPIO DE BRAGA. Foi apresentada a seguinte proposta:

“Submete-se à consideração do Executivo Municipal a autorização da despesa e das peças do procedimento mencionado em epígrafe (programa de concurso e caderno de encargos), nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, tudo de acordo com os documentos constantes do processo.” Tomou a palavra o **Vereador do PS, Ricardo Sousa**, que afirmou que não votariam contra um concurso público que traz uma maior transparência e clarividência aos bragarenses, questionando o valor responde a todas as necessidades do município e se serão realizados mais alguns ajustes diretos relativamente a esta temática. Em resposta, o **Presidente da Câmara, Ricardo Rio**, informou que o concurso foi feito com um levantamento junta dos vários serviços, com base nas atividades planeadas, podendo haver atividades não planeadas que podem dar origem a mais necessidades que, neste momento, são impossíveis de antecipar. **Deliberado autorizar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Altino Bernardo Lemos Bessa, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, João Vasconcelos Barros Rodrigues e Carla Maria Ferreira Sepúlveda, e com a abstenção dos Vereadores do PS, Sílvia Cristina Conduto de Sousa, Adolfo Augusto Martins Cruz Morais Macedo, Maria Helena Fernandes Teixeira e Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa, e da Vereadora da CDU, Bárbara Seco de Barros.** -----

3. PROPOSTAS DE ATRIBUIÇÃO DE TOPÓNIMOS NA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE MERELIM SÃO PEDRO E FROSSOS E UNIÃO DAS FREGUESIAS DE BRAGA (MAXIMINOS, SÉ E CIVIDADE). Foram apresentadas as seguintes propostas: “Submetem-se à consideração do Executivo Municipal as seguintes propostas de atribuição de topónimos: União das Freguesias de Merelim São Pedro e Frossos: a) Travessa das Cardosas, com início na Rua das Cardosas e fim em Entroncamento da Rua das Cardosas com a Rua da Cruzinha; União das Freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade): **a)** Rua Irmãos La Salle, com início e fim sem saída, com acesso pela Rua Irmão Javier Bustamante; **b)** Travessa Irmãos de La Salle, com início na Rua Irmãos de La Salle e fim sem saída; **c)** Rua Irmão Javier Bustamante, com início na Rua do Cruzeiro e fim na Rua Irmãos de La Salle; **d)** Rua Quinta da Madre de Deus, com início na Rua Irmãos de la Salle e fim sem saída.” **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

4. EMPREITADA “EU JÁ PASSO AQUI – REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA DA LIBERDADE_U.F. DE S. LÁZARO E S. JOÃO DO SOUTO” - CONCURSO PÚBLICO: CPE.16.22. DMOSM. Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, para ratificação, a decisão do Sr. Presidente, de 10 de fevereiro de 2023, que aprovou o Relatório Final de Análise e Avaliação das Propostas e da minuta do contrato, da empreitada “EU JÁ PASSO AQUI – REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA DA LIBERDADE_U.F. DE S. LÁZARO E S. JOÃO DO SOUTO”, tudo de acordo com os documentos contantes do processo.” **Deliberado ratificar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Altino Bernardo Lemos Bessa, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, João Vasconcelos Barros Rodrigues e Carla Maria Ferreira Sepúlveda, e com a abstenção dos Vereadores do PS, Sílvia Cristina Conduto de Sousa, Adolfo Augusto Martins Cruz Morais Macedo, Maria Helena Fernandes Teixeira e Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa, e da Vereadora da CDU, Bárbara Seco de Barros.** -----

5. EMPREITADA “REQUALIFICAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA DE FIGUEIREDO – 2ª MODIFICAÇÃO OBJETIVA AO CONTRATO”. Foi apresentada a seguinte proposta: “Propõe-se a autorização pelo Executivo Municipal para a execução dos trabalhos complementares, no valor global de 92.397,94€ + IVA, supressão de trabalhos no valor de 93.216,34€ + IVA, aprovação da prorrogação do prazo por 45 dias e da minuta do aditamento ao contrato, da empreitada mencionada em epígrafe, tudo de acordo com os documentos constantes do processo.” **Deliberado autorizar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Altino Bernardo Lemos Bessa, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, João Vasconcelos Barros Rodrigues e Carla Maria Ferreira Sepúlveda, e com a abstenção dos Vereadores do PS, Sílvia Cristina Conduto de Sousa, Adolfo Augusto Martins Cruz Morais Macedo, Maria Helena Fernandes Teixeira e Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa, e da Vereadora da CDU, Bárbara Seco de Barros.** -----

6. EMPREITADA “REQUALIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO PAVILHÃO DAS GOLADAS – 1ª MODIFICAÇÃO OBJETIVA DO CONTRATO”. Foi apresentada a seguinte proposta: “Propõe-se a autorização, pelo Executivo Municipal, para a execução dos trabalhos complementares, no valor global de 284.967,41€ + IVA, supressão de trabalhos no valor de 96.867,87€ + IVA e aprovação da prorrogação do prazo por 2 meses e da minuta do aditamento ao contrato, da empreitada mencionada

em epígrafe, tudo de acordo com os documentos constantes no processo.” **Deliberado autorizar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Altino Bernardo Lemos Bessa, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, João Vasconcelos Barros Rodrigues e Carla Maria Ferreira Sepúlveda, e com a abstenção dos Vereadores do PS, Sílvia Cristina Conduto de Sousa, Adolfo Augusto Martins Cruz Morais Macedo, Maria Helena Fernandes Teixeira e Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa, e da Vereadora da CDU, Bárbara Seco de Barros.** -----

7. REGULAMENTO PARA CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE BRAGA – PROPOSTA DE ABERTURA DE INÍCIO DE PROCEDIMENTO. Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se proposta de abertura de início de procedimento de regulamentação para criação do Conselho Municipal para o Desenvolvimento Sustentável de Braga, de acordo com as alíneas b), d), g), h), k) e m) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, e no uso das competências expressamente referidas na alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º do mesmo diploma legal.” Tomou a palavra a **Vereadora do PS, Maria Helena Teixeira**, que expôs que gostaria de saber qual é o trabalho desenvolvido pelos conselhos municipais que foram sendo criados ao longo dos últimos anos, solicitando que se faça chegar as respetivas atas para que se possa tomar conhecimento daquilo que é discutido, decidido e do que será implementado pelo município. Referiu ainda que acha que esta estratégia de desenvolvimento sustentável e ação climática já vem um bocado tarde e que já devia estar pensada e pronta a ser executada sempre que houvesse oportunidade, para que o município possa aproveitar as verbas dos fundos comunitários. De seguida, tomou a palavra a **Vereadora da CDU, Bárbara Barros**, para expor que não se lembra de nenhuma proposta que tenha nascido destes conselhos municipais, provavelmente à exceção da educação e que a criação de uma vasta lista de conselhos para os vários problemas é importante, mas não suficiente para se dizer que todos os problemas estão a ser tratados e que será importante que se faça chegar, em forma de ata ou de outra forma, o resultado dessas reuniões, para que a Câmara Municipal possa refletir sobre o que está a ser discutido e conhecer quais as opiniões maioritárias, porque de seguida terá de haver uma reflexão política, que cabe a este órgão. Tomou a palavra o **Presidente da Câmara, Ricardo Rio**, que afirmou que existem órgãos de natureza formal, e que são até impostos por lei, e outros que foram criados por opção deste município, com base na lógica de estimular a colaboração e o diálogo entre os agentes mais relevantes de cada um dos

sectores de atividade, e que hoje existe um leque de conselhos consultivos muito alargado em praticamente todas as áreas de intervenção do município. Prosseguiu dizendo que muitos desses conselhos nem estão sujeitos a uma lógica de realização de reuniões com ata, consistindo em momentos de discussão e de debate sobre temáticas do presente e do futuro, e que, ao contrário do que afirmou a Vereadora Bárbara Seco de Barros, muitas das vezes, propostas que são levadas a executivo resultam dos contributos desses conselhos, que apesar de não serem apadrinhadas por esses, estão imbuídas na atividade normal do executivo municipal. Referiu ainda que os conselhos têm reunido com regularidade e que esses contributos têm sido valiosos, e que não entende esses conselhos como órgãos de legitimação das políticas municipais, mas de valorização e enriquecimento da atividade municipal. Sobre a questão do desenvolvimento sustentável, referiu que, ao contrário do que disse a Vereadora Maria Helena Fernandes Teixeira, é uma área em que Braga se pode orgulhar de ser dos municípios que está na liderança, sendo um dos primeiros a elaborar o plano e o relatório de sustentabilidade, e que se tem vindo a monitorizar o desenvolvimento sustentável nas suas várias dimensões como poucos municípios fazem e que o município está preparado para incorporar todas essas dimensões em todas as candidaturas que o exigem. **Deliberado aprovar por unanimidade. -----**

8. PROPOSTA DE ADITAMENTO DO ARTIGO 35º AO REGULAMENTO MUNICIPAL DE ARRENDAMENTO ACESSÍVEL E CONSEQUENTE RENUMERAÇÃO DO ARTIGO 36º. Foi apresentada a seguinte proposta: "Submete-se à apreciação do Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal, a proposta de aditamento do artigo 35.º ao Regulamento Municipal de Arrendamento Acessível, e consequente renumeração do artigo 36.º, nos termos da alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º e das alíneas b) e g) do n.º 1 do artigo 25º da lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual." Tomou a palavra a **Vereadora da CDU, Bárbara Barros**, para afirmar que votaria a favor, mas deixando a nota que depender de uma solução destas a médio e longo prazo não resolverá o acesso à habitação ou os preços que se praticam, e que continua a manter a proposta e aposta no parque habitacional público, não só para resolver a questão da habitação social, mas também para promover habitação pública que possa garantir rendas que sejam compatíveis com os rendimentos das famílias. **Deliberado aprovar por maioria e remeter à Assembleia Municipal com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Altino Bernardo Lemos Bessa, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, João Vasconcelos Barros Rodrigues e Carla Maria Ferreira Sepúlveda, e da Vereadora da CDU, Bárbara Seco de Barros, e com a abstenção**

dos Vereadores do PS, Sílvia Cristina Conduto de Sousa, Adolfo Augusto Martins Cruz Morais Macedo, Maria Helena Fernandes Teixeira e Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa. -----

9. REGULAMENTO MUNICIPAL PARA ATRIBUIÇÃO DA DISTINÇÃO “LOJAS COM HISTÓRIA” E “OFICINAS COM HISTÓRIA” – CONSULTA PÚBLICA. Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se à consideração do Executivo Municipal o projeto de Regulamento de Municipal para Atribuição da Distinção “Lojas com História” e “Oficinas com História”, para a abertura do período de consulta pública, pelo período de 30 dias úteis, nos termos previstos no artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo.” **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

10. CONCESSÃO DE INCENTIVOS NO ÂMBITO DO REGULAMENTO DE CONCESSÃO DE INCENTIVOS AO INVESTIMENTO DO MUNICÍPIO DE BRAGA (4 INCENTIVOS). Foram apresentadas as seguintes propostas: “Submetem-se à apreciação do Executivo Municipal, para posterior aprovação da Assembleia Municipal de Braga, as propostas de decisão, acompanhadas dos documentos constantes do processo, relativas às seguintes candidaturas ao Regime de Incentivos ao Investimento do Município de Braga, em conformidade com a alínea m) do n.º 2 do artigo 23.º e alínea ff) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, e dos n.ºs 2 e 3 do artigo 9.º do Regulamento de Concessão de Incentivos ao Investimento do Município de Braga, publicado em Diário da República 2.ª série, n.º 152, de 9 de agosto de 2016, com o nº 789/2016, com o nº 789/2016: a) Tecniwood Indústria, S. A. (Processo n.º RII02/2022); b) DLE Investimentos, Lda. (Processo RII03/2022); c) TMAD - Soluções em Madeira e Derivados, Lda. (Processo RII04/2022); d) BEC Carpintaria Unipessoal, Lda. (Processo RII05/2022).” Tomou a palavra a **Vereadora da CDU, Bárbara Seco de Barros**, para deixar uma nota de preocupação e reflexão, não sobre as empresas em concreto, mas sobre as normas regulamentares que dão corpo a este tipo de pedidos e a sua aceitação, numa primeira instância, da InvestBraga e, depois, do seu encaminhamento para este órgão. Referiu que é importante avaliar o impacto que estes apoios vão ter no tecido social e económico do concelho, do ponto de vista de número de empregos e do tipo de trabalho que gera, sendo primordial para perceber como se está a apoiar e que resultados se geram, não só no desenvolvimento destes negócios, mas também do ponto de vista dos postos de trabalho que criam, em que condições e que salários são praticados. Prosseguiu afirmando que o se tem vindo a observar em algumas empresas que recebem estes apoios é que essas prosperam, mas o tecido social fica

altamente fragilizado, pelo que não pode deixar de mencionar este aspeto da falta de concretização e consequência prática na qualidade de vida dos trabalhadores e que deveria ser uma responsabilidade das empresas que recebem estes apoios. Terminou referindo que este tipo de regulamentos deveria prever o impacto mais alargado, até do ponto de vista do tipo de trabalho que está a ser gerado, sendo o exemplo necessário de uma sinergia que se cria entre os municípios e estas empresas, que poderiam servir de bom exemplo não só no desenvolvimento dos seus negócios, mas também no impacto que têm no emprego de qualidade que criam no Concelho de Braga. **Deliberado aprovar por maioria e remeter à Assembleia Municipal com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Altino Bernardo Lemos Bessa, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, João Vasconcelos Barros Rodrigues e Carla Maria Ferreira Sepúlveda, e com a abstenção dos Vereadores do PS, Sílvia Cristina Conduto de Sousa, Adolfo Augusto Martins Cruz Morais Macedo, Maria Helena Fernandes Teixeira e Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e da Vereadora da CDU, Bárbara Seco de Barros.** -----

11. PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE BRAGA E O COMITÉ PORTUGUÊS PARA A UNICEF. Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, para aprovação do Executivo Municipal, a minuta do protocolo de colaboração a celebrar entre o Comité Português para a Unicef e a Câmara Municipal de Braga, nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 23.º e alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, tudo de acordo com os documentos constantes do processo.” Tomou a palavra a **Vereadora do PS, Sílvia Sousa**, que questionou, sobre os pontos da Estratégia Local para os direitos da criança e os Planos Anuais de Ação Local do protocolo, se iriam ser informados previamente sobre esses documentos. Respondeu a **Vereadora da Coligação Juntos Por Braga, Carla Sepúlveda**, que respondeu que essas informações poderão ser partilhadas. **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

12. CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – FREGUESIAS. Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se à consideração do Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal, a minuta do contrato administrativo de delegação de competências, nos termos das disposições conjugadas na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º e alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a celebrar com a União das Freguesias de Santa Lucrécia de Algeriz e Navarra, para execução da obra

denominada “Honorários/Projeto – Requalificação da Rua do Poço – Navarra – (Reforço de verba), no valor de 1.541,00€.” **Deliberado aprovar por unanimidade e remeter à Assembleia Municipal.** -----

13. ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS – FREGUESIAS. Foram apresentadas as seguintes propostas: “Submetem-se à apreciação do Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal, as seguintes propostas de atribuição de apoios financeiros, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 23.º, alínea j) do n.º 1 do art.º 25º e alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º, todos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual: a) Freguesia de Adaúfe, no valor de 48.439,83€, para apoiar a “Construção de muro de suporte e vedação na Rua dos Benfeitores”; b) Freguesia de Espinho, no valor de 3.936,00€, para apoiar as “Obras de beneficiação no cemitério e construção de columbários – (Projeto); c) União das freguesias de Crespos e Pousada, no valor de 25.110,00€, para apoiar a obra de “Requalificação dos balneários de apoio ao Polidesportivo de Crespos”. **Deliberado aprovar por unanimidade e remeter à assembleia municipal. A Vereadora do PS, Maria Helena Teixeira, solicitou escusa da deliberação concernente à alínea a) por fazer parte da Assembleia da Freguesia.** -----

14. OUTRAS ISENÇÕES/REDUÇÕES/TAXAS. Foram apresentadas as seguintes propostas: “Submetem-se à consideração do Executivo Municipal, os pedidos de isenção de taxas, nos termos do Código Regulamentar do Município de Braga, ao abrigo: **a)** Dos n.ºs. 1 e 2 do artigo H-1/16.º e artigo H-1/17.º, mapa em anexo; **b)** Do n.º 1, alínea c) do artigo H-2/5.º, mapa em anexo; **c)** Do n.º 4 do artigo H-1/16.º, mapa em anexo. **Deliberado aprovar por unanimidade e dar conhecimento à Assembleia Municipal.** -----

15. PEDIDO DE ISENÇÕES – INDEFERIMENTO. Foi apresentada a seguinte proposta: “Submetem-se, à consideração do Executivo Municipal, as propostas de indeferimento dos pedidos de isenção, constantes do mapa em anexo, por não se encontrarem enquadrados no n.º 1 e n.º 2 do artigo H-1/16º e no artigo H-1/17º do Código Regulamentar do Município de Braga.” **Deliberado aprovar por unanimidade a proposta de indeferimento.** -----

16. APOIOS FINANCEIROS – CONTRATOS PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO 2022/2023. Foram apresentadas as seguintes propostas: “Submetem-se à consideração do Executivo Municipal, a aprovação dos seguintes contratos-programa de desenvolvimento desportivo

a celebrar com o Município de Braga 2022/2023, nos termos enunciados do n.º 1 e alínea f) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro: **a)** Grupo Desportivo de Figueiredo (E/7925/2023) - no valor de 2.000,00€ (apoio à formação); **b)** Federação Portuguesa de Xadrez (E/7592/2023) - no valor de 2.663,00€ (inscrições dos atletas da formação da Cidade Curiosa – Associação (Academia de Xadrez Cidade Curiosa); **c)** Arsenal Clube da Devesa (E/8981/2023) - no valor de 15.000,00€ (apoio à formação).” **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

17. CONTRATOS DE DINAMIZAÇÃO CULTURAL. Foram apresentadas as seguintes propostas: “Submetem-se à consideração do Executivo Municipal os seguintes contratos de dinamização cultural, que têm por objeto a atribuição de apoios financeiros às seguintes entidades, de acordo com as alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, e nos termos do n.º 2 do artigo F-1/3.º e do artigo F-1/9.º do Código Regulamentar do Município de Braga: **a)** ACINAC -Associação Cinema em Ação, no valor de 7.500,00€ a pagar em duas prestações de igual montante, a primeira, em 30 de abril, a segunda a 30 de novembro; **b)** Associação Plataforma do Pandemónio – Coletivo de Criação Artística, no valor de 10.000,00€, a pagar em duas prestações de igual montante, a primeira, em 30 de abril, a segunda a 30 de novembro; **c)** Cabido da Sé de Braga, no valor de 40.000,00€, a pagar numa única prestação, a 30 de abril; **d)** Comcordia – Associação de Cordas Dedilhadas do Minho, no valor de 6.000,00€, a pagar em duas prestações de igual montante, a primeira, em 30 de abril, a segunda a 30 de novembro; **e)** Organização Internacional Nova Acrópole de Portugal, no valor de 3.500,00€, a pagar em duas prestações.” Tomou a palavra o **Vereador do PS, Adolfo Macedo**, que afirmou que os contratos celebrados com estas empresas obrigam ao envio de um relatório das atividades e da forma como foram aplicados os apoios, solicitando que os mesmos sejam partilhados com a oposição. Tomou a palavra o **Presidente da Câmara, Ricardo Rio**, que anuiu ao solicitado. **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

18. APOIO FINANCEIRO – PROPOSTA DE PREÇO DE BILHETES E DE ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO AOS AGRUPAMENTOS ESCOLARES, NO ÂMBITO DO PROJETO MAPEAR – MOSTRA ESCOLAR DE ARTES PERFORMATIVAS. Foram apresentadas as seguintes propostas: “No âmbito do projeto MAPEAR – Mostra Escolar de Artes Performativas 2023, submetem-se as seguintes propostas à consideração do Executivo Municipal: **a)** Fixar o preço de venda ao público dos bilhetes para o ingresso em cada peça, o valor de 2,00 euros (com IVA incluído à taxa de 6%); **b)** Autorizar a transferência da receita líquida arrecadada em cada apresentação, no montante máximo de

880,00 euros (oitocentos e oitenta euros), para as seguintes escolas participantes: Agrupamento de Escolas de Maximinos, Conservatório de Música C. Gulbenkian, Agrupamento de Escolas de Real, Agrupamento de Escolas Alberto Sampaio, Agrupamento de Escolas André Soares, Agrupamento de Escolas de Celeirós, Agrupamento de Escolas de Sá de Miranda, Colégio Luso Internacional de Braga, Agrupamento de Escolas de Dr. Francisco Sanches, Agrupamento de Escolas Carlos Amarante e Agrupamento de Escolas Dona Maria II.” **Deliberado aprovar por maioria com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Altino Bernardo Lemos Bessa, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, João Vasconcelos Barros Rodrigues e Carla Maria Ferreira Sepúlveda, e com a abstenção dos Vereadores do PS, Sílvia Cristina Conduto de Sousa, Adolfo Augusto Martins Cruz Morais Macedo, Maria Helena Fernandes Teixeira e Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e da Vereadora da CDU, Bárbara Seco de Barros.** -----

19. APOIOS FINANCEIROS ÀS ENTIDADES ARTÍSTICAS E DEFINIÇÃO DO PREÇO DE BILHETES PARA A PROGRAMAÇÃO DO BRAGA EN’CENA – FESTIVAL DE TEATRO. Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se à consideração do Executivo Municipal proposta de definição de preço de bilhetes para o ingresso em cada peça no valor de 5,00€ (com IVA incluído à taxa de 6%), no âmbito da programação Braga En’Cena – Festival de Teatro, no Theatro Circo, cuja receita líquida obtida reverterá integralmente a favor das entidades artísticas participantes, constantes da proposta.” **Deliberado aprovar por maioria com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Altino Bernardo Lemos Bessa, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, João Vasconcelos Barros Rodrigues e Carla Maria Ferreira Sepúlveda, e com a abstenção dos Vereadores do PS, Sílvia Cristina Conduto de Sousa, Adolfo Augusto Martins Cruz Morais Macedo, Maria Helena Fernandes Teixeira e Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e da Vereadora da CDU, Bárbara Seco de Barros.** -----

20. APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA. Deliberado aprovar por unanimidade a presente ata em minuta nos termos do n.º 3 do artigo 57.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, para surtir efeitos imediatos. -----

Foi proposto pelo Presidente da Câmara, Ricardo Rio o seguinte voto de louvor: -----

- **VOTO DE LOUVOR AO ATLETA CARLOS FREITAS**, que se sagrou campeão nacional de 400m em pista coberta (ANDDI-Desporto Adaptado), no decorrer do Campeonato Nacional, que se realizou em Pombal, no passado dia 18, e por revelar uma carreira em crescimento que vem valorizar e reforçar as qualidades da atleta, caracterizadas por um enorme carácter e perseverança. **Deliberado aprovar por unanimidade**-----

Foi proposto pelo Presidente da Câmara o seguinte voto de pesar: -----

- **VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE JOÃO MAURÍCIO FERNANDES SALGUEIRO**.
Deliberado aprovar por unanimidade -----

-----**OUTROS ASSUNTOS**-----

----- Pelo **Presidente da Câmara**, foi dada a abertura a outros assuntos. -----

----- Iniciou a **Vereadora do PS, Sílvia Sousa**, que questionou sobre a possibilidade de oferecer uma resposta célere, que permita chegar a um compromisso que seja satisfatório entre as partes, relativamente à questão da mobilidade em Palmeira, que tem vindo sucessivamente a ser alvo de intervenções nas reuniões. Tomou a palavra o **Presidente da Câmara, Ricardo Rio**, que mencionou que a questão já havia sido referida na reunião anterior, mas que os serviços entendem que a solução que foi implementada é uma solução que funciona e enquanto entenderem isso, a solução irá perdurar, mas se existir uma alternativa que cumpra o objetivo há disponibilidade para avaliar e implementar se necessário. -----

----- A **Vereadora da CDU, Bárbara Barros**, colocou várias questões sobre o Estádio Municipal de Braga. Quanto à **primeira questão**, solicitou informação sobre o atual estado dos processos em tribunal relacionados com o arquiteto Souto de Moura. Quanto à **segunda questão**, manifestou a preocupação relacionada com a agressão a um jornalista após o jogo do Sporting Clube de Braga contra o Futebol Clube de Arouca, realizado no dia anterior, sublinhando que o acesso por elevadores é escasso, face ao número de adeptos e profissionais, e questionou que tipo de soluções é que o Município poderia encontrar caso se verificasse a necessidade de tentar corrigir este problema. Quanto à **terceira questão**, indagou sobre a possibilidade de construir mais elevadores, e foi solicitada informação sobre de algum pedido ou intenção por parte do Sporting Clube de Braga para resolver esta questão. Tomou a palavra o **Presidente da Câmara, Ricardo Rio**, que lamentou o episódio ocorrido no jogo. Sobre o Estádio Municipal, referiu que independentemente de haver ou não processos em tribunal, neste momento já não há no sentido de a Câmara Municipal ser interpelada, porque os três

processos de trabalhos a mais com o consórcio já foram fechados, e com o arquiteto já tinha sido há algum tempo. Referiu também que tudo o que sejam soluções para melhorar a funcionalidade do estádio, que é uma das grandes dificuldades que o estádio apresenta a quem o usa, terá sempre a anuência da Câmara Municipal, e que o presidente do Sporting Clube de Braga já anunciou que iria apresentar um conjunto de melhoramentos por conta do clube, mesmo que sejam de natureza infraestrutural, e ainda não o fez. Prosseguiu afirmando que quando vier, a mesma será analisada do ponto de vista das condições técnicas que os nossos serviços analisarão, mas que do ponto de vista de política, em condições normais, serão autorizadas desde que cumpram essas salvaguardas técnicas. -----

-----**INTERVENÇÃO AO PÚBLICO**-----

----- Pelo **Presidente da Câmara, Ricardo Rio**, foi dada a abertura à intervenção do público. -----

----- O cidadão **José Machado** iniciou a sua intervenção assumindo discordância com o Presidente da Câmara face à solução apresentada na freguesia de Palmeira, com a colocação de placas de sentido proibido em três ruas junto ao parque de jogos Dr. Augusto Correia, afirmando que os moradores têm a sua razão e conhecem bem as ruas. De seguida, referiu vários constrangimentos dando o exemplo do autocarro, que passa com dificuldade, algo que, segundo o mesmo, nunca aconteceu. Sugeriu, de seguida, a colocação de um sinal “proibido estacionar exceto moradores”, em vez das placas de sentido proibido. Terminou afirmando que era a terceira vez que estava presente nas reuniões da Câmara Municipal e que não possuem respostas. Voltou a referir constrangimentos derivados com as placas colocadas que têm prejudicado os costumes dos moradores colocando a seguinte questão ao Presidente da Câmara: “Acha que é uma boa mobilidade?” Terminou dizendo que a Câmara tem que intervir e que como moradores merecem respeito. Tomou a palavra o **Presidente da Câmara, Ricardo Rio**, que referiu que não se trata de uma opinião pessoal, mas a opinião de uma avaliação técnica dos nossos serviços de mobilidade que entendem que a situação atual corresponde às necessidades daquilo que eram os problemas existentes naquela rua e que, como disse antes, há disponibilidade para avaliar outras soluções, mas enquanto não houver uma posição contrária por parte dos serviços, será essa a solução adotada. -----

----- O cidadão **Carlos Dobreira** iniciou a sua intervenção subscrivendo o que foi referido pelo cidadão José Machado. De seguida apresentou quatro questões. Como **primeira questão**, solicitou saber qual o atual estado de inventariação do Chafariz da Ponte do Bico, em Palmeira. Como **segunda questão**, perguntou se a Empreitada de ampliação águas pluviais e pavimentação da rua da Igreja,

também em Palmeira, já está concluída e se será feita alguma inauguração. **Como terceira questão**, referiu que na semana entre 13 e 17 de fevereiro ocorreu uma intervenção técnica no parque arbóreo da EB 2,3 de Palmeira, que era possível ver do exterior, perguntando qual a razão da intervenção e se ocorreu algum abate de árvores. **Como quarta questão**, referiu que Braga vai receber a 11.ª marcha LGBTQIAP+ em 2023, e vai ser capital portuguesa da cultura em 2025, perguntando quando será possível vermos içada a bandeira arco-íris no mastro da Câmara Municipal. **Como quinta questão**, pronunciou-se sobre o Conselho Municipal do Ambiente e da Ação Climática, questionando como é que se atrevem a surgir agora com este Conselho Municipal quando os outros, como foi dito, estão de certa forma adormecidos, não se conhecendo o trabalho que é feito, e que espera que não se venha a assistir ao mesmo com este Conselho. Tomou a palavra o **Presidente da Câmara, Ricardo Rio**, que, quanto à **primeira** questão, referiu que o processo está em tramitação e que as várias peças estão a ser tratadas pelos serviços, existindo algumas que já vieram para classificação e outras ainda estão em avaliação. Quanto à **segunda** questão, informou que a intervenção nas árvores é uma obra delegada na junta de freguesia, como todas as podas, mas não está previsto qualquer abate. Quanto à **terceira** questão, respondeu informando que a bandeira não vai ser hasteada no mastro, nem hoje nem em 2025, porque o mastro não serve para exibições alegóricas, serve para atos e peças oficiais, acrescentando que como tem vindo a dizer, em Braga contarão sempre com o apoio da Câmara no combate à discriminação, não contarão com o apoio a situações que nada abonam a esta questão. Quanto à **quarta** questão, informou que está pendente de uma avaliação do projeto pelas Infraestruturas de Portugal e pela DRCN, não estando ainda concluído e que será reavaliado numa segunda fase, de acordo com o parecer que for devolvido. Sobre a **quinta questão**, o **Presidente da Câmara, Ricardo Rio**, referiu que se o participante diz que desconhece a atividade, não se pode pronunciar sobre a atividade que ela tem. -----

----- Não havendo nada mais a tratar o **Presidente da Câmara** deu por terminada a reunião. -----

ENCERRAMENTO: Às 10h e 40m e como não houvesse mais nada a tratar, foi pelo Excelentíssimo Presidente da Câmara encerrada a reunião da qual para constar se lavrou a presente ata que vai ser devidamente assinada pelo Excelentíssimo Sr. Presidente da Câmara Municipal e por mim, Cidália Alice Lopes Rodrigues, Chefe de Unidade Administrativa e de Apoio aos Órgãos Autárquicos. -----

XIII MANDATO

ATA N.º 33/2023

Reunião ordinária pública de 6 de março de 2023

Ao sexto dia do mês de março de dois mil e vinte e três, pelas nove horas e trinta minutos, no Centro de Juventude de Braga, sito na Rua de Santa Margarida, realizou-se a reunião ordinária pública do Executivo Municipal, na qual compareceram os Excelentíssimos Senhores: **Presidente da Câmara – Ricardo Bruno Antunes Machado Rio** (Coligação Juntos por Braga) e os **Vereadores, Maria do Sameiro Macedo Araújo** (Coligação Juntos por Braga), **Altino Bernardo Lemos Bessa** (Coligação Juntos por Braga), **Olga Maria Esteves Araújo Pereira** (Coligação Juntos por Braga), **João Vasconcelos Barros Rodrigues** (Coligação Juntos por Braga), **Carla Maria Ferreira Sepúlveda** (Coligação Juntos por Braga), **Artur Jorge Oliveira Feio** (PS), **Adolfo Augusto Martins da Cruz Moraes Macedo** (PS), **Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa** (PS), **Sílvia Cristina Conduto de Sousa** (PS) e **Bárbara Seco de Barros** (CDU). -----

Secretariou: Cidália Alice Lopes Rodrigues, Chefe de Unidade Administrativa e de Apoio aos Órgãos Autárquicos, em substituição de Liliana Cristina Silva Veiga, Diretora de Departamento de Apoio ao Cidadão e Órgãos Autárquicos. Pelas nove horas e trinta minutos, verificada a presença de todos os Vereadores, foi declarada aberta a reunião. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

1. Aprovação da ata n.º 32/2022, nos termos do artigo 57.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. Foi dispensada a leitura da ata, conforme deliberação tomada em reunião de 18 de outubro de 2021. **Retirada da Agenda para retificação.** -----

2. Proposta de declaração de prescrição dos jazigos e sepulturas e declaração de caducidade das concessões no Cemitério de Monte D’Arcos. Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se à consideração do Executivo Municipal a proposta mencionada em epígrafe, a fim de ser

deliberada a prescrição dos jazigos e sepulturas do Cemitério de Monte D'Arcos constantes da listagem definitiva (em anexo) e declaração da caducidade das concessões respetivas, cuja titularidade não foi reivindicada, em conformidade com o artigo 49.º do Regulamento do Cemitério Municipal.” **Deliberado aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Altino Bernardo Lemos Bessa, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, João Vasconcelos Barros Rodrigues e Carla Maria Ferreira Sepúlveda, e com a abstenção dos Vereadores do PS, Sílvia Cristina Conduto de Sousa, Adolfo Augusto Martins Cruz Morais Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio e Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa, e da Vereadora da CDU, Bárbara Seco de Barros.** -----

3. Empreitada “Repavimentação da Av. de São Pedro” – União das Freguesias de Este S. Pedro e S. Mamede” – Revisão extraordinária de preços. Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, para aprovação do Executivo Municipal, a proposta da fórmula de revisão de preços apresentada como contraposta ao pedido de revisão extraordinária de preços submetido pela entidade executante, nos termos do previsto na alínea a) do n.º 3 e no n.º 4 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 365/2022, de 20 de maio, da empreitada “Repavimentação da AV. de São Pedro” – União da freguesias de Este S. Pedro e S. Mamede, tudo de acordo com os documentos constantes do processo.” **Deliberado aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Altino Bernardo Lemos Bessa, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, João Vasconcelos Barros Rodrigues e Carla Maria Ferreira Sepúlveda, e com a abstenção dos Vereadores do PS, Sílvia Cristina Conduto de Sousa, Adolfo Augusto Martins Cruz Morais Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio e Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa, e da Vereadora da CDU, Bárbara Seco de Barros.** -----

4. Empreitada “INSERÇÃO DA REDE PEDONAL E CICLÁVEL NO CENTRO URBANO DE BRAGA – VARIANTE DA ENCOSTA, LAMAÇÃES – indemnização para aquisição de 96 colunas e 96 luminárias. Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, para aprovação do Executivo Municipal, a proposta de indemnização devida ao empreiteiro Alexandre Barbosa Borges, SA, no valor de 38.509,43€ (c/IVA incluído), a ser paga diretamente ao subempreiteiro Bragalux, conforme indicação expressa do primeiro, da qual resultará a entrega à CMB de materiais que serão utilizados na obra

INSERÇÃO DA REDE PEDONAL E CICLÁVEL NO CENTRO URBANO DE BRAGA – VARIANTE DA ENCOSTA, FRAIÃO, tudo de acordo com os documentos constantes do processo.” **Deliberado aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Altino Bernardo Lemos Bessa, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, João Vasconcelos Barros Rodrigues e Carla Maria Ferreira Sepúlveda, e com a abstenção dos Vereadores do PS, Sílvia Cristina Conduto de Sousa, Adolfo Augusto Martins Cruz Morais Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio e Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa, e da Vereadora da CDU, Bárbara Seco de Barros.** -----

5. Empreitada “EU JÁ PASSO AQUI – LOTE 2” – 3ª modificação objetiva ao contrato - CPE.23.21. DMOSM”. Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, para autorização pelo Executivo Municipal, a proposta de execução dos trabalhos complementares, no valor global de 49.073,27€ + IVA, de supressão de trabalhos no valor de 50.340,61€+ IVA, e de aprovação da prorrogação do prazo por 15 dias e da minuta do aditamento ao contrato, da empreitada “CPE.23.21.DMOSM - EU JÁ PASSO AQUI - LOTE 2”, tudo de acordo com os documentos constantes do processo.” **Deliberado aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Altino Bernardo Lemos Bessa, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, João Vasconcelos Barros Rodrigues e Carla Maria Ferreira Sepúlveda, e com a abstenção dos Vereadores do PS, Sílvia Cristina Conduto de Sousa, Adolfo Augusto Martins Cruz Morais Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio e Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa, e da Vereadora da CDU, Bárbara Seco de Barros.** -----

6. Empreitada “PAVIMENTAÇÃO DA RUA DE S. MARTINHO DE TIBÃES – CPE.27.21. DMOSM” - proposta de aprovação da prorrogação de prazo. Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, para aprovação do Executivo Municipal, a prorrogação do prazo da empreitada CPE.27.21. DMOSM “PAVIMENTAÇÃO DA RUA DE S. MARTINHO DE TIBÃES”, por um período de 55 dias, sem a aplicação de sanções pecuniárias, tudo de acordo com a fundamentação e documentos constantes do processo.” **Deliberado aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Altino Bernardo Lemos Bessa, Olga Maria Esteves**

Araújo Pereira, João Vasconcelos Barros Rodrigues e Carla Maria Ferreira Sepúlveda, e com a abstenção dos Vereadores do PS, Sílvia Cristina Conduto de Sousa, Adolfo Augusto Martins Cruz Morais Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio e Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa, e da Vereadora da CDU, Bárbara Seco de Barros. -----

7. Regulamento de Apoio Extraordinário à Prestação Bancária Para Habitação Própria e Permanente das Competências. Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, para posterior aprovação da Assembleia Municipal de Braga, o Regulamento de Apoio Extraordinário à Prestação Bancária para Habitação Própria e Permanente, nos termos da alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º e da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, na sua atual redação, tudo de acordo com os documentos constantes do processo.” **Deliberado aprovar por unanimidade e remeter à aprovação da Assembleia Municipal.** -----

8. Proposta de regulamento que concretize o Programa de Apoio à Troca de Lâmpadas - início de procedimento. Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, a proposta de início de procedimento para a elaboração de um Regulamento que concretize o Programa de Apoio à Troca de Lâmpadas, ao abrigo das atribuições constantes no n.º 1 e alíneas b) e m) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua versão atual, e das competências conferidas pela alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º do mesmo diploma legal.” **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

9. Proposta – Minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências nos Agrupamentos de Escolas e na Escola Não Agrupada. Foram apresentadas as seguintes propostas: “Submete-se, à aprovação do Executivo Municipal, para posterior envio à Assembleia Municipal, as seguintes propostas, nos termos da alínea d) do número 2 do artigo 23.º, da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º e da alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, conforme minuta do contrato interadministrativo que se anexa: **a) Delegação de competências no Diretor dos Agrupamentos de Escolas e na Escola não agrupada**, para contratação de fornecimentos e serviços externos, incluindo assistências informáticas essenciais ao normal funcionamento dos estabelecimentos de ensino, nos termos do n.º 1 do artigo 4.º, conjugado com o disposto no artigo 46.º do Decreto-Lei n.º 21/2019 de 30 de janeiro, na sua redação atual, que veio concretizar a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da educação,

ao abrigo do n.º 1 do artigo 11.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto; **b) Autorizar o Diretor dos Agrupamentos de Escolas e Escola Não Agrupada a subdelegar as competências** nos números anteriores, para o ano 2023, nos termos do disposto no artigo 46.º do Código de Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, na sua redação atual.” Tomou a palavra o **Vereador do PS, Artur Feio**, que solicitou saber se a delegação foi conversada com os diretores dos agrupamentos e saber se existe algum obstáculo à transferência da competência. Em resposta, a **Vereadora da Coligação Juntos Por Braga, Carla Sepúlveda**, informou que foi feita uma reunião com todos eles e aprovada nos termos do contrato. De seguida, tomou a palavra a **Vereadora da CDU, Bárbara de Barros**, que informou que se iria abster tendo em conta a sua posição, sobejamente conhecida, sobre este modelo de transferência de competências para os municípios, entendendo também que não deve “criar obstáculos à autorização e à maior capacidade de contratação especialmente neste tipo de contratos para as escolas”. **Deliberado aprovar por maioria e remeter à aprovação da Assembleia Municipal com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Altino Bernardo Lemos Bessa, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, João Vasconcelos Barros Rodrigues e Carla Maria Ferreira Sepúlveda, dos Vereadores do PS, Sílvia Cristina Conduto de Sousa, Adolfo Augusto Martins Cruz Morais Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio e Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa, e com a abstenção da Vereadora da CDU, Bárbara Seco de Barros.** -----

10. Contrato de Gestão Delegada celebrado entre o Município de Braga e a Agere-Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga, E.M. Foram apresentadas as seguintes propostas: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal, para cumprimento do disposto nas disposições conjugadas nos artigos 25.º n.º 1, alíneas n) e q), e n.º 2, alínea a), 33.º, n.º 1, alínea ccc), do regime jurídico das autarquias locais, constantes do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a proposta do Contrato de Gestão Delegada, nos termos e em conformidade com o disposto no n.º 3 do artigo 17.º e artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, de acordo com os documentos anexos. Aprovar o envio à ERSAR da minuta de contrato de gestão delegada, na sequência da presente deliberação da sua aprovação; Aprovar a submissão ao Tribunal de Contas, para efeitos de fiscalização prévia, da minuta do contrato de gestão delegada, tudo em conformidade com o regime legal aplicável à fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas; Após o visto prévio pelo Tribunal de Contas, o contrato de gestão delegada pode ser outorgado, devendo

posteriormente seguir-se as comunicações legalmente obrigatórias; Tudo de acordo com os documentos constantes do processo.” O **Presidente da Câmara, Ricardo Rio**, tomou a palavra para dar nota que se tentou disponibilizar a informação à medida que ia ficando pronta, na tentativa de levar o ponto à próxima reunião da Assembleia Municipal, contudo, os grupos parlamentares não aceitaram a proposta, pelo que o ponto seria retirado, tendo-se disponibilizado a responder a questões sobre o tema. Tomou a palavra o **Vereador do PS, Artur Feio**, que afirmou que esse seria o pedido do PS, porque apesar de ter existido uma abordagem prévia promovida pelo presidente, que considera ser uma prática de interação entre o executivo e os vereadores da oposição a destacar pela positiva, para explicar os princípios gerais de todo este processo, a verdade é que o assunto a tratar é denso e complexo na sua essência, com questões de investimento, financiamento e jurídico-legais muito complexas, considerando ser sensato não existir precipitação e pressa para tratar deste assunto e agradecendo a possibilidade de discutir devidamente o assunto. De seguida, tomou a palavra a **Vereadora da CDU, Bárbara de Barros**, para informar que já no dia anterior havia tomado uma posição pública, indicando que ia precisamente pedir para retirar este ponto da ordem de trabalhos e o adiamento da votação, pelo facto de a documentação ter sido disponibilizada entre o quinta-feira ao final do dia e sexta-feira à noite, dando uma margem muito pequena para fazer uma análise completa e séria do documento, que é complexo, e que teve várias fases e possui vários pareceres. Prosseguiu dizendo que deu conta que não tem informação nenhuma relativamente a qualquer consulta das estruturas de representativas dos trabalhadores da Agere, que, na sua opinião, seria importante de se fazer, e que teve a informação de que a conferência de líderes rejeitou a inclusão do ponto para sexta-feira e que de sua parte pedia até que a própria reunião que ia ser feita possa agora ser realizada numa data posterior, tendo em conta este adiamento. Acrescentou também que sabe que a Comissão Especializada de Assuntos Económicos e Empresas Municipais tinha já pedido uma audição sobre este assunto ao Presidente do Conselho de Administração, que ainda não aconteceu, e que seria importante, se possível, garantir, até à próxima reunião de câmara, que o documento tenha uma discussão e uma reflexão mais alargada, devido ao tipo de importância que representa para as opções do modelo económico desta empresa, ficando-lhe claro que com este contrato de gestão delegada se estará a adiar, a remunicipalização desta empresa. Continuou dizendo que, no passado fim de semana, o Sr. Presidente adiantou o valor de 60 milhões para uma possível compra, embora em agosto fossem 50 a 40, mas que são contas que, segundo lhe parece, ainda não estão devidamente justificadas. Terminou afirmando que percebeu pelas declarações do Sr. Presidente, e pelos resultados positivos que a empresa tem apresentado, que este contrato em concreto não terá efeito imediato, pelo menos

nas tarifas cobradas aos bracarenses, e isso é uma segurança que é importante dar, mas que não existe nada que garanta que a longo prazo isto seja uma realidade, dizendo que seria importante que as taxas de risco fossem aplicadas às famílias bracarenses e aos tarifários que lhes são cobrados, porque aí sim não existe garantia nenhuma que, aconteça o que acontecer, os seus interesses serão tidos em conta, tal como acontece com o consórcio de privados e, por isso mesmo, acha que do ponto de vista público e de participação pública ou eventualmente da apresentação pública da proposta, poderiam todos beneficiar com a participação da opinião geral da cidade para além destas estruturas e da Assembleia Municipal, pelo que este adiamento de 15 dias, que separa esta da próxima reunião, poderá não ser suficiente para essa discussão mais alargada, mas que será sempre mais razoável do que discutir o documento à pressa, após tantos anos de espera. Em resposta, o **Presidente da Câmara, Ricardo Rio**, informou que com este adiamento haverá uma janela mais alargada do que 15 dias, uma vez que, não indo a esta Assembleia Municipal, irá à próxima, que decorrerá no mês de abril, não vendo nenhum problema que a proposta seja apresentada não na próxima reunião de câmara, mas na seguinte a essa, a primeira de abril, desde que se salvasse o tempo para se submeter depois à reunião da Assembleia Municipal, e que isso também permite que essas reuniões com a Assembleia Municipal possam acontecer e que os senhores vereadores possam também participar, existindo uma margem temporal segura para realizar todo esse trabalho. Prosseguiu dizendo que não é verdade que a celebração do contrato de gestão delegada impeça uma remunicipalização da Agere no imediato, sendo mais uma questão de natureza financeira do que jurídica, sendo que se a Agere achar que tem capacidade financeira para municipalizar a Agere hoje, depois da celebração do contrato de gestão delegada, pode fazê-lo, não tendo de esperar pelo prazo de 10 anos. Prosseguiu dizendo que relativamente ao modelo de gestão, a celebração do contrato de gestão delegada é uma imposição legal que permite regularizar os procedimentos de gestão, nomeadamente a celebração dos contratos-programa e as transferências regulares entre a Câmara e a Agere e a Agere e os parceiros públicos e privados, não sendo algo que irá alterar o modelo de gestão ou o desempenho financeiro da empresa ou os tarifários porque já é esse o compromisso político que está assumido. **Retirado da agenda para melhor análise.** -----

11. Proposta de atribuição de topónimo na União das Freguesias de Este (São Pedro e S. Mamede). Foram apresentadas as seguintes propostas: “Submete-se à consideração do Executivo Municipal a seguinte proposta de atribuição de topónimo para a **União das Freguesias de Este (São Pedro e São Mamede): Beco do Pomarelho - Início – Caminho do Pomarelho; Fim - Sem saída.**”

Deliberado aprovar por unanimidade. -----

12. Atribuição de apoios financeiros a entidades. Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, a proposta de atribuição de um apoio financeiro ao Centro Social do Vale do Homem, no valor de 40.000,00€, destinado à instalação de uma creche com capacidade para 84 crianças, de acordo com a alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, e as alíneas a) e b) do n.º 2 do artigo F-1/3.º e artigo F-1/5.º do Código Regulamentar do Município de Braga.” Tomou a palavra a **Vereadora da CDU, Bárbara de Barros**, que afirmou que considerando que a IPSS em questão não vai investir do seu capital e também pela pouca transparência e pela falta de auscultação que houve para outras alternativas para esta resposta, afirmando que está certa que existem outras IPSS em Braga que teriam a capacidade de garantir este serviço e fazer essa construção, especialmente por também recorrerem ao PRR, caso necessitassem, e que continua a não compreender esta opção afunilada e, portanto, no seguimento dessa leitura, não faz sentido aprovar um apoio extraordinário para além daquele que parece já muito substancial, que é o custo zero na compra de um terreno, votando contra o apoio. Tomou a palavra o **Vereador do PS, Artur Feio**, aludindo que se trata de uma resposta que o município deve ter a uma necessidade premente da população, pelo que o PS votará a favor, uma vez que esta é uma entidade reconhecida, com um projeto que recebeu o parecer favorável do Conselho Fiscal de Ação Social e porque se enquadra dentro daquilo que é o Código Regulamentar, no que ao disposto nas alíneas b) e c) do n.º 2 do artigo F-1/3.º diz respeito. Em resposta, o **Presidente da Câmara, Ricardo Rio**, referiu que tem existido a política de tudo o que são expansões de valências de natureza social, seja para a terceira idade, apoio a deficientes, apoio à infância, em tudo o que é aumento de capacidade, e não obras de reformulação, desde que este programa foi criado, sem exceção, nenhuma foi excluída. Prosseguiu, sobre a capacidade de outras entidades, dizendo que o PS, tal como a Coligação Juntos Por Braga, na altura da campanha eleitoral, contactaram com várias instituições que disseram que estavam disponíveis para avançar com projetos desta natureza, e tendo passado um ano e meio, a verdade é que com a garantia deste apoio até agora não houve mais nenhum projeto que tivesse avançado no terreno e, portanto, não é assim tão fácil que estas ou outras entidades possam desenvolver projetos similares. **Deliberado aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Altino Bernardo Lemos Bessa, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, João Vasconcelos Barros Rodrigues e Carla Maria Ferreira Sepúlveda,**

dos Vereadores do PS, Sílvia Cristina Conduto de Sousa, Adolfo Augusto Martins Cruz Morais Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio e Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa, e com o voto contra da Vereadora da CDU, Bárbara Seco de Barros. -----

13. **Proposta da XX Edição do Concurso Municipal de Fotografia (2023) – “A Semana Santa de Braga” - Normas.** Foi apresentada a seguinte proposta: Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, a proposta de regulamento (normas) da XX Edição do Concurso Municipal de Fotografia, subordinada ao tema “A Semana Santa de Braga”, nos termos do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual versão. **Deliberado aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Altino Bernardo Lemos Bessa, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, João Vasconcelos Barros Rodrigues e Carla Maria Ferreira Sepúlveda, e da Vereadora da CDU, Bárbara Seco de Barros, com a abstenção dos Vereadores do PS, Sílvia Cristina Conduto de Sousa, Adolfo Augusto Martins Cruz Morais Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio e Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa.** -----

14. **Tabela de Preços – Tanatário de Braga – Ano de 2023.** Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, a proposta da tabela de preços a vigorar para o ano de 2023, a praticar pela Ambinecro Braga – Crematórios, S.A., no Tanatário de Braga, em conformidade com o preceituado na cláusula 4.ª do Contrato n.º 93/2013, relativo à “Conceção, construção e concessão de exploração do Tanatário de Braga”, e a alínea c) do ponto 9.1. do “Caderno de Encargos do Concurso Público 01CP.13.CE.VB- “Conceção, construção e concessão de exploração do Tanatário de Braga, que se anexa.” Tomou a palavra a **Vereadora da CDU, Bárbara de Barros**, anotou que o documento refere que tarifário não sofreu alterações em relação ao tarifário do ano de 2022, solicitando um esclarecimento e uma justificação quanto ao aumento de alguns preços dos itens da tabela. Tomou a palavra a **Vereadora da Coligação Juntos Por Braga, Olga Pereira**, que informou que os preços indicados não são aumentos, e que traduzem o que está previsto no contrato de concessão e que achava que os preços ficavam até abaixo daquilo que está previsto no contrato de concessão. Tomou a palavra o **Diretor Municipal de Gestão, Sandro Louro**, para esclarecer que o preço para 2023 é o que está na coluna “proposto para 2023”, e o preço contratual atualizado é o preço que o contrato previa quando atualizado, sendo que eles não aumentaram até ao

valor máximo previsto. **Deliberado aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Altino Bernardo Lemos Bessa, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, João Vasconcelos Barros Rodrigues e Carla Maria Ferreira Sepúlveda, e com a abstenção dos Vereadores do PS, Sílvia Cristina Conduto de Sousa, Adolfo Augusto Martins Cruz Morais Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio e Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa, e da Vereadora da CDU, Bárbara Seco de Barros.** -----

15. Aprovação da ata em minuta. Deliberado aprovar por unanimidade a presente ata em minuta nos termos do n.º 3 do artigo 57.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, para surtir efeitos imediatos. -----

-----**OUTROS ASSUNTOS**-----

----- Pelo **Presidente da Câmara**, foi dada a abertura a outros assuntos. -----

----- Iniciou o **Vereador do PS, Adolfo Macedo**, que voltou a referir a questão dos parques infantis e do seu desmantelamento, indicando que o Sr. Vereador Altino teve a oportunidade de lhe explicar o que se passava e qual iria ser a solução, mas que, aparentemente, pela quantidade de queixas que diz lhe terem chegado, a informação não está a chegar aos munícipes. Referiu ainda notícias de desacatos em algumas áreas, nomeadamente contra a Polícia Municipal quando se vai fazer “não se sabe muito bem o quê”, se desmantelar ou arranjar os parques infantis, que contam inclusive com o apoio das Juntas das Freguesias correspondentes, o que contraria a informação que foi dada que todo o programa de desmantelamento estava a ser realizado com sincronismo com as respetivas juntas. De seguida, questionou por que motivo essa informação sobre o destino dos parques, os que ficam e os que vão ser desmantelados, não passa para os munícipes? Terminou dizendo que foi explicado que o Índice dos Parques Infantis no Concelho de Braga está acima dos índices mínimos aconselhado para as populações, mas que é um bem essencial para os munícipes e para a população, pelo que convinha que a informação fosse disponibilizada aos interessados e que aparentemente não o está a ser, mencionando ainda que o executivo tem uma relação privilegiada com os meios de comunicação, que sabe utilizá-la a seu favor sempre que quer, não entendendo por que motivo, neste caso, não a utiliza a favor das populações. -----

----- O **Vereador do PS, Artur Feio**, apresentou duas questões relativamente à questão da mobilidade em Palmeira. **Quanto à primeira questão** antecipou, segundo o mesmo, o que seria dito pelos

moradores de Palmeira, afirmando que efetivamente se deveria reconhecer que alguma coisa de estranho se passa naquela zona do território, e que é constituída por ruas e arruamentos cuja largura mínima será os 6 metros ou os 6 metros e meio, o que permite que passem 2 carros sem qualquer complexidade. Continuou afirmando que aquela zona é ainda servida por alguma lógica de comércio “à antiga portuguesa”, com o peixeiro, o padeiro e mesmo a entrega de medicamentos ao domicílio, entrega de encomendas, etc., e que aquilo como foi organizado obriga muitas destas pessoas, para não dar uma volta que obrigue a ir à estrada nacional, façam marcha atrás para circular 30, 40, 50 metros. Prosseguiu dizendo uma das regras de mobilidade é que se criou o hábito de ir ao encontro do que de facto acontece no terreno, e que a sinalização acompanha o critério do bom senso de quem a utiliza e que se nota que ali não resulta, assistindo-se a uma inadequação daquilo que é a forma em detrimento da função e da lógica do bom funcionamento. Referiu ainda uma parte de uma rua que não terá mais de 20 metros, com cerca de 6 ou 7 metros de largura, que obriga os condutores, nomeadamente os que vão buscar os filhos, a fazer este circuito obrigatório tão comprido e a sair pela zona da atual Junta de Freguesia, e acrescentou que o trânsito nesta condição é obrigado a passar por uma rua, aí sim mais exígua, que não terá mais de 2 metros e 20 ou 2 metros e 30, composta por casas cuja saída de porta, de um lado e do outro, é automaticamente para a rua sem passeios, que, na sua opinião, devido ao perigo e não só, deveria ser uma rua de acesso apenas para os moradores. Continuou para informar que indo ao local, percebeu que há algo que pode ser feito para beneficiar e melhorar a atual forma como foi ordenada toda aquela zona de circulação. Acrescentou que possui a impressão, decorrente das conversas e das declarações que foram realizadas no local, que houve uma reação mais intempestiva do Presidente da Junta que pediu, seguramente, aos serviços que fizessem um estudo que lhe parece pouco adequado e refletido, que ainda poderá ser tratado, mantendo a aparência do que se pretende, que é criar uma zona de circulação, com as devidas exceções, ou por via de acessos limitados a moradores, ou por via de acessos limitados ou qualidade de acessos nas duas direções, sobretudo nesta questão daqueles que são servidos. Tudo isto requer que os serviços repensem a adequação do que se fez. Quanto à **segunda questão**, referiu a utilização massiva e a afluência e desordenamento muito grande a nível de estacionamento quando há treinos do Palmeiras, que se verifica entre as 18h30 e as 20h30, informando que o PS irá tentar que haja uma maior vigilância adicional, junto das entidades e das forças de segurança. -----

----- O **Vereador do PS, Ricardo Sousa**, fez referência a algumas notícias sobre um Presidente de Junta de Freguesia de uma das maiores Juntas de Braga, que abordava a problemática da utilização de lojas e garagens para habitação de alguns moradores da cidade, referindo que a notícia informava

que o município tinha conhecimento e que estava por dentro de toda esta problemática, questionando se de facto o município tem conhecimento destes casos que foram apresentados pelo presidente da Junta de Freguesia de S. Vitor, porque a resposta que foi dada no imediato, também em termos da comunicação social e rede sociais, foi um apelo à denúncia por parte da população bracarense se conhecesse mais alguns casos relacionados. Acrescentou dizendo que não lhe parece ser um bom método, porque o apelo à denúncia faz recuar muitas décadas para perceber que podemos estar até a alimentar uma guerra sentimental entre bracarenses, que não é um assunto fácil, é um assunto muito delicado, e enquanto decisores políticos há que estar muito atentos, porque o que está em causa tem a ver com a habitação local, a necessidade de habitação, uma problemática a nível nacional, mas que Braga tem também de se responsabilizar, porque há casos concretos e há no terreno a possibilidade de os identificar. Prosseguiu dizendo que os vereadores do PS já fizeram esse roteiro com uma associação que se dedica a apoiar algumas necessidades extremas, sem acompanhamento da comunicação social, e tiveram consciência das dificuldades que muitas pessoas estão a passar, referindo-se não apenas aos sem-abrigo, mas também a muitas famílias e muita pobreza camuflada, que está a levar estas situações ao extremo, mas que é possível ao município, através dos seus órgãos de fiscalização, estar por dentro destes assuntos e tentar resolvê-los. Terminou questionando o Sr. Presidente se o executivo estava por dentro deste assunto como informado pelo Presidente da Junta de S. Vitor, se algo está a ser feito para ultrapassar estas dificuldades, se os presidentes de junta de Braga estão a ser contactados ou chamados ao desenvolvimento do plano local de habitação, e se o trabalho em rede com os presidentes de junta, algo que segundo o mesmo foi mencionado pelo Sr. Presidente como sendo importante, se está a ser realizado. -----

----- A **Vereadora da CDU, Bárbara Barros**, referiu que trouxe precisamente o tema do vereador Adolfo, afirmando que estava de acordo com o mesmo, e, não querendo repetir-se, queria acrescentar uma consideração. Mencionou que a questão tem sido debatida várias vezes, pela retirada em massa que resultou das denúncias à ASAE sobre as condições de segurança de alguns dos equipamentos, e que a Vereadora responsável tinha referido a realização de um estudo para perceber quais destes seriam novamente implementados. De seguida, referiu a situação de indignação que aconteceu no Areal, com a retirada do parque que lá está e que não será devolvido, que foi justificada pela Vereadora responsável com o facto de Braga ter mais parques infantis do que o rácio que está pensado. Prosseguiu dizendo que pode haver zonas do território onde existem mais ou muitos mais parques infantis do que o rácio, mas se são utilizados e desejados pela população, então muito provavelmente é porque esse é o equipamento indicado para estar ali, em vez de, quase por decreto, se estar a fazer

um mapa apenas com números. Refere também alguns parques que não possuíam sombras e que estavam desenhados para não serem utilizados, e que a população se habituou a não usar, pelo que aí se justifica construir outras soluções para usufruto público. Prosseguiu dizendo que nos casos em que a população reclame e prefira que aquele parque continue a ser destinado àquela zona, não pode a Câmara Municipal rejeitar, devendo acatar essas preferências, envolver e trazer essa informação para o estudo alargado que está a fazer e perceber, independentemente dos rácios, o que se pode fazer para satisfazer as necessidades reais das pessoas, especialmente numa cidade como Braga, onde as crianças cada vez mais não têm capacidade para usar o espaço público em segurança, sendo importante apostar em equipamentos que possibilitem uma utilização segura. Terminou dizendo que independentemente de se estar a aproveitar esta circunstância para avaliar os parques infantis de todo o território, julga que há fatores que devem pesar mais do que essa racionalidade com que se partiu para esse pressuposto. -----

----- O **Presidente da Câmara, Ricardo Rio**, tomou a palavra para informar que, como as perguntas eram similares às que o público iria colocar, facultaria as respostas após a intervenção do público.-----

-----**INTERVENÇÃO AO PÚBLICO**-----

----- Pelo **Presidente da Câmara, Ricardo Rio**, foi dada a abertura à intervenção do público. -----

----- O cidadão **José Machado** iniciou a sua intervenção sobre as questões de mobilidade em Palmeira afirmando, em primeiro lugar, que os moradores, em dezembro, quando tiveram conhecimento através do jornal da paróquia, criaram uma comissão de moradores, porque achavam que era uma injustiça o que se estava a praticar nas suas ruas e recolheram um abaixo assinado, no mesmo mês, para entregar na Câmara, e que, felizmente, foram alertados para as reuniões, e esta é a quarta vez que estão a ser ouvidos, sendo que antes nunca haviam sido chamados pela Câmara. De seguida, referiu que não quer estar sempre a repetir o mesmo, mas que a Câmara se prontificou a ir ao local para ver as condições que poderiam ser alteradas, não sabendo se foi nem se não foi, mas que gostava que alguns moradores pudessem acompanhar o trajeto com os vereadores do município quando a Câmara fosse, porque aquilo que as pessoas dizem é uma coisa e na prática é outra. Prosseguiu dizendo que ainda no dia anterior, as pessoas vinham pela Rua do Conselheiro, em fila como os ciclistas na volta a Portugal, com as casas sem passeios sem nada, e iam estacionar na Rua da Eira, fazendo-o de ambos os lados, e as pessoas para passar tinham de andar aos ziguezagues. ----

----- O cidadão **José Manuel Carvalho** iniciou a sua intervenção corroborando as palavras do cidadão José Machado, e, de seguida, afirmou querer lembrar que houve um órgão da comunicação social que

afirmou que o tráfego tinha melhorado, mas que na sua opinião as coisas não estão melhores, porque o tráfego antigamente já fluía com facilidade porque era mínimo, a não ser nas horas do treino, que agora está pior, porque obriga a canalizar o tráfego todo para a Rua do Conselheiro, uma rua estreita onde um carro e uma pessoa têm dificuldade para passar ao mesmo tempo, sendo que o peão tem de se encostar à parede, e que para não saírem para a estrada nacional vão para a Rua da Eira e estacionam dos dois lados. Prosseguiu dizendo que também existe muita dificuldade para a passagem dos veículos de transporte público, que aumenta com os carros estacionados, e que se os carros recuassem cerca de 20 metros, para uma rua que meteram sentido proibido, voltavam a estacionar ali junto ao centro cívico e não iriam para a Rua da Eira, mas que, assim, para não saírem à estrada nacional, ficam ali. Conclui dizendo que as coisas não melhoraram e era bom que fossem ao local e se fosse possível os moradores iriam acompanhar, tal como fizeram os vereadores do PS, para que se possa tentar encontrar uma solução. -----

----- O cidadão **Carlos Dobreira** começou por agradecer a não aprovação da ata por não se ter feito menção à sua quinta questão. De seguida, apresentou quatro questões. Como **primeira questão**, referiu, relativamente ao Conselho Municipal do Ambiente, que esteve aberta a possibilidade de os cidadãos se manifestarem e darem os seus contributos, dando os parabéns por isso, e solicitando saber se houve ou não um número de contributos considerável, lançando o desafio de ir pelas escolas para ouvir a malta jovem e os miúdos. Enquanto formulava a sua questão, o Vereador **da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bessa**, respondeu que não foram dados contributos. Como **segunda questão**, solicitou saber quando ocorrerá o desmantelamento do parque infantil do Areal, na freguesia de S. Vitor, e a requalificação do ringue. Como **terceira questão**, referiu, sobre a zona do INL, que tem reparado que junto aos estabelecimentos comerciais existe uma imensidão de resíduos recicláveis, beatas de cigarros, raspadinhas, e que há uma certa impunidade mesmo junto ao Rio Este, não vendo a Polícia Municipal, nem nenhuma campanha de sensibilização da autarquia, solicitando saber o que se pensa fazer. Como **quarta questão**, alude, sobre a questão da mobilidade em Palmeira, que subscreve tudo o que foi dito, mas refere que os ativistas têm parâmetros próprios para validar ou não validar. De seguida, informou que foi ao terreno no dia 24 de fevereiro, às 14h53 e 14h55, entre a Rua da Eira e a Rua Sr. dos Milagres, tendo assistido a circulação automóvel em contramão, no dia 25 de fevereiro, na Rua do Concelheiro, onde vivem pessoas de idade com mobilidade reduzida e que circulam na rua, diretamente saídas das suas habitações, tendo verificado excesso de velocidade entre as 8h57 e 9h02, e também no dia 25 de fevereiro, tendo assistido à presença de uma patrulha da PSP, na Rua do Montinho e na Rua da Eira, entre as 12h25 e as 12h29. Nesta última rua, por volta das

12h29, diz ter conduzido o seu carro tendo parado por haver um carro que seguia em contramão, afirmando que além do que foi dito, existe este problema de segurança. -----

----- Tomou a palavra o **Presidente da Câmara, Ricardo Rio**, que começou por endereçar as **questões colocadas sobre Palmeira** pelo **Vereador do PS, Artur Feio**, e pelos cidadãos **José Machado, José Manuel Carvalho e Carlos Dobreira**, dirigindo-se numa primeira instância ao senhor **José Machado** e aos restantes moradores que o acompanham, afirmando que logo na reunião seguinte após ter entregue o abaixo assinado vieram à Reunião de Câmara e nessa reunião disse que aquilo iria ser apreciado e lhes daria a resposta na reunião seguinte, ou que seria comunicada a resposta. Continuou dizendo que, como estiveram presentes na reunião, foi-lhes dito que os serviços tinham validado a situação que estava implementada e que é essa a resposta que tem para lhes dar, não adiantando chamá-los para dizer aquilo que já foi dito diretamente na Reunião de Câmara várias vezes e também divulgado pela comunicação social sobre esta matéria. De seguida, afirmou que os serviços validaram aquela solução e entendem que aquela solução é melhor que a anterior e enquanto acharem isso é essa a situação que vai vigorar porque são os serviços, que contam com pessoas qualificadas para avaliar essas situações, que tecnicamente avaliam questões de mobilidade, e não nenhum membro do executivo. Prosseguiu dizendo, em relação aos senhores vereadores e àquilo que foi dito pelo Vereador Artur Feio, que não se pode avaliar o mérito de uma solução em função de três ou quatro carros que passam por dia a distribuir materiais numa determinada rua, e se esses carros têm ou não de fazer marcha-atrás. Acrescentou que se os senhores vereadores quiserem, poderá providenciar uma reunião com a arquiteta Filipa Morais, Chefe de Divisão de Mobilidade, para que sejam apresentados os fundamentos para esta solução e quais os argumentos contra as alterações. De seguida, endereçou as questões relacionadas com os parques infantis, levantadas pelos Vereadores **Artur Feio, do PS, e Bárbara Barros, do CDU**, e pelo cidadão **Carlos Dobreira**, informando que os parques não começaram a ser removidos por conta dos rácios ou do seu cumprimento, mas muito graças ao contributo do cidadão Carlos Dobreira, que tem feito participações contínuas sobre os diversos parques à ASAE, porque as regras que imperam hoje sobre o funcionamento dos parques são diferentes das que existiam no passado, e que em Braga esses equipamentos foram proliferando por todo o território e hoje existe um desajuste entre aquilo que é a realidade no terreno e aquilo que é o conjunto de requisitos que a lei impõe sobre o funcionamento desses equipamentos. Acrescentou que manifestamente não há condições financeiras para se manter, dentro da lei, todos esses equipamentos, alguns deles até do ponto de vista estratégico e do ordenamento do território não fariam sentido. Prosseguiu dizendo que em todas as juntas de freguesia foi dito qual era a avaliação, quais os

parques que deveriam ser retirados e quais os que poderiam e deveriam ser reconvertidos e até, em alguns casos, ampliados, e em relação àqueles que foram removidos ou que irão ser removidos, foi solicitado a todas as juntas de freguesia que dissessem qual a alternativa que pretendiam para aproveitamento do espaço, sendo que umas já deram a resposta e outras não. Prosseguiu afirmando que aquelas que tiveram uma atitude colaborante, que foram praticamente todas, foram ajudadas a formatar as novas soluções, quer através da reformatação dos parques ou de criação de outras infraestruturas nesse mesmo local. -----

---- O **Vereador do PS, Artur Feio**, solicitou a palavra para questionar se essa lista já existe e porque não é tornada pública? -----

---- Respondeu a **Vereadora da Coligação Juntos Por Braga, Olga Pereira**, para informar que o diagnóstico e as reuniões com os presidentes da junta estão realizados e concluídos, e que neste momento já se estão a recuperar parques, dizendo que, ao contrário do que disse o Vereador Adolfo Macedo, não houve alterações, mas uma conversa mais acesa no momento em que a Polícia Municipal se deslocou para vedar a utilização do parque no Areal para alertar as pessoas de que o parque pode representar uma situação de perigo para os seus utilizadores. Acrescentou ainda que todas as outras situações estão resolvidas e que este é o único parque que falta resolver, sendo que existe um diálogo com os residentes, não se tendo tratado de uma tentativa de desmantelamento, nem o vão fazer enquanto não se chegar a uma conclusão dessas reuniões. Terminou afirmando que tem havido imensa informação, não sabendo como pode passar mais informação do que aquela que tem sido dada. -----

---- Tomou a palavra o **Vereador do PS, Adolfo Macedo**, para afirmar que interveio devido às queixas das pessoas e para que se faça chegar às pessoas de uma forma mais clara o plano e a estratégia de remodelação destes parques infantis. -----

----- Tomou a palavra o **Presidente da Câmara, Ricardo Rio**, para responder que o próprio é abordado com várias questões relacionadas com tema e que registaria a sugestão, que seguramente seria alvo de reflexão, para uma estratégia de comunicação mais direta com os potenciais interessados. -----

---- Tomou a palavra o **Vereador do PS, Artur Feio**, para afirmar que bastaria que fossem informados todos os presidentes de junta e questionando se todos eles sabem dos parques que foram tirados e os que vão ser feitos. -----

----- Tomou a palavra o **Presidente da Câmara, Ricardo Rio**, que respondeu afirmativamente à questão do Vereador do PS, Artur Feio. De seguida, sobre a questão apresentada pelo **Vereador do**

PS, Ricardo Sousa, asseverou estar em desacordo no que à desresponsabilização da Câmara Municipal diz respeito, porque esta não pode andar a bater de porta em porta ou de garagem em garagem para saber se estão a ser usadas por mais pessoas do que deviam ou se as lojas estão a ser usadas para outros fins. Acrescentou o veículo nesta e noutras matérias é sempre o da denúncia e da identificação de casos conhecidos e que o município não pode andar a varrer o concelho todo para detetar essas situações, que só podem ser conhecidas com a colaboração de quem as conhece, por parte dos próprios visados, das associações de migrantes, por exemplo, e das juntas de freguesia, porque muitas vezes são os primeiros a serem confrontados com questões de emissão de atestados de residência para locais que não são os devidos do ponto de vista do licenciamento urbano. Continuou dizendo que os três casos sinalizados pelo presidente da Junta de S. Vitor, que, na sua opinião, tem uma postura muito pouco proativa e de resistência para interagir com os responsáveis municipais, nunca tendo solicitado uma reunião neste mandato, foram imediatamente alvo de ação por parte do executivo e dos serviços de fiscalização que acionaram os meios para as detetar e corrigir. Prosseguiu dizendo que não se trata de uma situação de acessibilidade à habitação ou de ter mais ou menos conforto, mas de uma situação inaceitável e ilegal de utilização de espaços comerciais e de garagens para residências, e que, obviamente, se tem de atuar sobre os infratores, como tem sido feito, sendo que a comunicação social publicou que no último mês e meio foram identificados cerca de 20 casos, através dos mais diversos meios, tendo existido uma ação imediata. Terminou dizendo que quando afirmou que as pessoas têm de denunciar não é o mesmo que dizer que não se vai fazer nada, mas quem tem conhecimento das situações tem de fazer chegar essa informação, sendo nesse sentido que solicita que os cidadãos, as juntas e os próprios moradores, colaborem. Sobre a **pergunta colocada pelo cidadão Carlos Dobreira sobre o Conselho Municipal do Ambiente**, referiu que os contributos que tinham sido pedidos eram para o funcionamento do Conselho, e que os contributos para a Política Ambiental e de Sustentabilidade são feitos numa base contínua. seja através do Conselho seja através dos diferentes pelouros, e que as sugestões que o cidadão fez sobre as escolas tem sido prática profusamente utilizada. -----

----- Não havendo mais nada a tratar, o **Presidente da Câmara** deu por terminada a reunião. -----

ENCERRAMENTO: Às 10h e 50m, não havendo mais nada a tratar, foi pelo Excelentíssimo Presidente da Câmara encerrada a reunião da qual, para constar, se lavrou a presente ata que vai ser devidamente assinada pelo Excelentíssimo Presidente da Câmara Municipal e por mim, Cidália Alice

Lopes Rodrigues, Chefe de Unidade Administrativa e de Apoio aos Órgãos Autárquicos. -----
